



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA TECNÓLOGO**

SALLUENA FHIAMA E SILVA XAVIER

**O CADASTRO ÚNICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS PROGRAMAS
SOCIAS BRASILEIROS.**

**CAMPINA GRANDE
2021**

SALLUENA FHIAMA E SILVA XAVIER

**O CADASTRO ÚNICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS PROGRAMAS
SOCIAS BRASILEIROS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Área de concentração:

Empreendedorismo e
Desenvolvimento local.

Orientador: Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida

**CAMPINA GRANDE
2021**

X3c Xavier, Salluena Fhiana e Silva.
O cadastro único e sua importância para os programas sociais brasileiros [manuscrito] / Salluena Fhiana e Silva Xavier. - 2022.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande, 2022.

"Orientação : Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida ,
Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Políticas públicas. 2. Programas sociais. 3. Cadastro único. I. Título

21. ed. CDD 351

SALLUENA FHIAMA E SILVA XAVIER

**O CADASTRO ÚNICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS PROGRAMAS
SOCIAS BRASILEIROS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Gestão Pública da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Tecnólogo em Gestão
Pública.

Área de concentração:
Empreendedorismo e
Desenvolvimento local.

Aprovada em: 03/06/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida
Orientadora



Paoline Levy Pereira do Monte Santos
ADMINISTRADORA
CRA-PB 1-2940

Profa. Dra. Freire do Monte Santos
Membro Titular



Julio Cesar Justino
ADMINISTRADOR
CRA-PB 2-5253

Prof. Esp. Júlio Cesar Justino de Assis
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, minha mãe e a todos os meus familiares que trilharam minha caminhada junto comigo, me incentivando e auxiliando, eu dedico esta obra.

À professora pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso da UEPB, que contribuíram com o desenvolvimento meu acadêmico e profissional.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio. E também a todos que direta e indiretamente me deram motivação para conquistar meu objetivo.

RESUMO

As questões relacionadas a pobreza e desigualdade social estão presentes em todos os Países do globo terrestre, está problemática também faz parte do contexto brasileiro. Desta maneira, o foco desta pesquisa é o Cadastro Único e sua importância como instrumento de cadastro para os programas sociais do Brasil. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo; e diante dessa análise, a pesquisa evidencia que o CADÚNICO, garante a todas as famílias de baixa renda que se incluam nos programas do Governo, Federal e Estadual, conforme o enquadre nos requisitos exigidos pelo programa, tornando-se um facilitador para o governo na somatória do índice de pobreza e mortalidade. Desta maneira entende-se que o CadÚnico relata avanços e estabelece critérios a criar um formulário único, oportunizando o mapeamento de situações socioeconômicas de famílias vulneráveis, utilizando assim esse mapeamento ou pesquisas para a formulação de políticas públicas coerentes com as necessidades da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Programas sociais; Cadastro único.

ABSTRACT

Issues related to poverty and social inequality are present in all countries of the globe, this problematic is also part of the Brazilian context. In this way, the focus of this research is Cadastro Único and its importance as a registration instrument for social programs in Brazil. The present work is a bibliographical research of a descriptive nature; and in view of this analysis, the research shows that CADÚNICO guarantees all low-income families that they are included in the Government, Federal and State programs, according to the requirements demanded by the program, becoming a facilitator for the government in the sum of the poverty and mortality index. In this way, it is understood that CadÚnico reports progress and establishes criteria to create a single form, enabling the mapping of socioeconomic situations of vulnerable families, thus using this mapping or research to formulate public policies consistent with the needs of Brazilian society.

Keywords: Public policy; Social programs; Single registration.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Critérios de seleção para inclusão e exclusão das obras a serem analisadas	18
Quadro 2	Elementos das obras componentes da amostra.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PBF	Programa Bolsa Família
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	Políticas Públicas no Brasil.....	12
2.2	Criação e Consolidação do cadastro Único.....	14
2.3	Cadastro Único: Público alvo e objetivo do cadastro.....	14
53	METODOLOGIA	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas a pobreza e desigualdade social estão presentes em todos os países do globo terrestre. Está problemática, assim como mencionado, também faz parte do contexto brasileiro. Os fatores que se associam ao tema podem ser diversos, seja da época colonialismo e sua ocupação exploratória; passando pela abolição tardia da escravidão; além da concentração de terras; até a desigualdade em acesso à educação ou baixa qualificação entre classes sociais, étnicas, e econômicas de todo o País.

No Brasil durante o período de industrialização, ocorreu a migração das pessoas da zonal rural para a zona urbana, acarretando mudanças bruscas no perfil socioeconômico, transformando-o no que é atualmente, uma das potências industriais. Porém, tais transformações sociais e econômicas também trouxeram consequências a sua população, em específico o aumento da aglomeração de indivíduos nas periferias da sociedade.

Na época de 1920 a 1980, o governo era voltado ao desenvolvimento de forma conservadora, centralizada e autoritária; simultaneamente, começou a ocorrer o aumento na marginalização de boa parte da população. Tal fato pode-se relacionar a má assistência dos serviços essenciais para a maioria das famílias de baixa renda com necessidades básicas de sobrevivência.

Com o passar dos anos, coube ao Governo tratar na linha de frente dos problemas enfrentados pela maioria de sua população. Dentre esses problemas, pode-se citar, desemprego, mortalidade infantil, alto índice de pobreza, entre outros. Para isso começou a implementação de programas de assistências sociais, onde Marinho e Façanha (2001, p. 8) definem “programa social como um sistema de entradas e saídas, que transforma recursos (entradas) em resultados (saídas), conferindo ao primeiro componente significado amplo, não circunscrito a recursos orçamentários e financeiros”.

Com a inclusão de diversos programas sociais, cada um com seu próprio cadastro e regras de controle de pessoal, o levantamento de dados para saber a realidade de cada cidadão ficou sem uma regulação adequada, daí veio a criação do Cadastro Único (CadÚnico), que tem como objetivo, a unificação dos programas para centralizar o atendimento do público com maior precisão e detalhamento das informações.

Para BARROS (et. al., 2009. p.7) “Três características do CadÚnico definem suas possibilidades de utilização. Em primeiro lugar, sua abrangência é de certa forma censitária, cobrindo a quase totalidade da população mais pobre do País”. Atualmente o CadÚnico vem sendo utilizado para acesso em diversos programas sociais, com isso seu banco de dados ganha evidencia pelo fato de conter informações que podem beneficiar toda a população, pois ele pode diagnosticar todas as características dos grupos sociais e analisar os impactos das políticas públicas relacionadas as pessoas de baixa renda, além de ter informações que vão em encontro da realidade do País.

E assim se deu o início da referida pesquisa, optando pelo estudo da questão norteadora central?”. Tal questão, decorre da problemática gerada pelo fato de que boa parte da população acredita de que esse cadastro possui apenas a função de assegurar o benefício do bolsa família.

Este Trabalho tem como foco uma análise de cunho bibliográfico acerca do CadÚnico. Seu objetivo geral é discutir a importância desse cadastro para inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais brasileiros oferecidos pelos governos estadual e federal como: Auxílio gás, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílio Brasil, Programa PETI, entre outros. Nesse sentido, foi desenvolvida uma pesquisa de obras científicas e documentais na plataforma *Google Acadêmico* por meio da inserção dos termos "CadÚnico e programas sociais" na barra de pesquisa. Em seguida foram adotados alguns critérios de inclusão e exclusão com finalidade de filtragem de obras que atendessem a demanda a ser analisada. Após tais etapas, foi obtido um apanhado de cinco obras na amostra, onde por sua vez após releitura, foram extraídos conceitos, ideias e resultados que serviram de base da discussão central e conseqüentemente para proposição de novas opiniões e concepções usadas na discussão e tentativa de resposta do objetivo primordial da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas Públicas no Brasil

Sendo assim a Assistência Social é dever do Estado e direito do cidadão, conforme a Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204, tratando de

uma política pública dentro da seguridade social. As prefeituras, governos estaduais e o Distrito Federal, por meio de repasses de recursos, que viabilizam atualmente oito mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e mais de 2 mil Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ainda 3,7 milhões de idosos e pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); 12,9 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. De acordo com informações municipais IBGE, Censo SUAS feito pelo MDS no ano de 2010 que estão inseridas nos CRAS e CREAS. (Tereza Campello Ministra do Desenvolvimento Social e Combate a Fome_2011).

Os benefícios, projetos e programas da Assistência Social se caracterizam por nível de atenção social básica e proteção social especial. Todos esses grupos são foco de atenção às famílias e seus componentes e onde residem como fonte de informação que passam a ser caracterizados pôr a função que exerce, pelo número de pessoas que dela necessitam e por sua complexidade. A lógica do SUAS é criar e coordenar uma rede unificada, padronizada de serviços por tempo indeterminado e fornecer os pilares para a ação em direção a lógica do direito e não do favor, segundo o MDS (2007) a Política de Assistência Social, a segurança da vivência familiar e do convívio comunitário recebem atenção especial, fortalecendo, preservando e estimulando estes vínculos familiares e comunitários.

Avaliar os impactos da Política de Assistência social na vida dos cidadãos é condição igualmente importante em função da escassez de conhecimento e dados referentes à população que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois trata de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças (YASBEK, 2004, p.22).

O MDS lança mais uma publicação com dados sobre políticas pública em março de 2018, sendo uma nova edição do caderno de estudos-Desenvolvimento Social em Debate, trazendo informações que apoiam o Governo Federal na formulação e no aprimoramento dos programas sociais e na inclusão social e produtiva das famílias de baixa renda. O caderno de estudos também reúne informações sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Dados coletados diretamente com mais de 5,7 mil famílias foram comparados com as informações registradas no cadastro.

A crescente complexidade das relações institucionais e administrativas demanda, sob o ponto de vista da gestão de um registro/cadastro único, grande capacidade de coordenação entre os diversos atores e arranjos institucionais envolvidos, a fim de se garantir a negociação de responsabilidades e tomadas de decisão, o que pressupõe algum grau de independência e hierarquia diferenciada (BARCA E CHIRCHIR, 2014).

2.2 Criação e Consolidação do Cadastro Único

Em 2001, quando os programas de transferência de renda começaram a ser implementados como importantes estratégias de combate à pobreza no país, foi criado, por meio do Decreto nº 3.877, o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Entre 2001 e 2002, o Governo Federal executava diferentes ações de transferência de rendas direcionadas a famílias com perfis s de renda similares, como os Programas Bolsa Escola, o Auxílio-Gás, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil I (Peti). Esses programas utilizavam diferentes cadastros para identificar e selecionar o público-alvo, o que dificultava a coordenação das ações, fragmentava o atendimento e reduzia sua eficiência. A falta de integração das informações possibilitava o acúmulo de benefícios sem que houvesse a garantia da universalização do acesso para todos os que precisassem: uma mesma família podia ser beneficiária de dois ou três programas, ao passo que outras, em situação e localidades semelhantes, não contavam com nenhum apoio.

A criação do Cadastro Único teve como objetivo incentivar a integração destes programas para concentrar esforços no atendimento de um público com características e necessidades semelhantes. Entretanto, na prática, esta integração não aconteceu de forma imediata, pois era preciso estabelecer melhor os parâmetros de sua gestão, com definições sobre o público-alvo, as regras e os procedimentos de coleta, atualização e manutenção dos dados.

A consolidação do Cadastro Único como ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda começou a se concretizar com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda condicionadas existentes na época. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o PBF, definiu o Cadastro Único como

instrumento de identificação e seleção de seus beneficiários. Por ser utilizado pelo Bolsa Família, o Cadastro Único fortaleceu-se, ampliou o número de famílias cadastradas e suas informações ganharam mais qualidade. Com a edição do Decreto nº 6.135/2007, o Cadastro Único ganhou dimensão tanto de instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, quanto de instrumento de integração de programas sociais do Governo Federal voltadas ao atendimento desse público. A Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, que regulamenta a gestão do Cadastro Único, definiu com mais clareza os critérios e conceitos de cadastramento, os objetivos, a operacionalização e as competências de cada um dos entes envolvidos na gestão do Cadastro Único.

Em 2011, foi também implantada a Versão 7 do Sistema de Cadastro Único, que instituiu novos formulários de cadastramento e permitiu a operação de cadastramento e atualização cadastral online. A nova regulamentação e o aprimoramento do sistema permitiram que o Cadastro Único fosse conhecido não só como o cadastro do PBF: a cada ano, novos programas sociais passam a utilizá-lo. Além disso, ele foi definido como ferramenta essencial para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ganhou função estratégica com o Plano Brasil Sem Miséria, a partir da publicação do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011.

2.3 Cadastro Único: Público Alvo e Objetivo do Cadastro

O Brasil decorre por um processo de queda contínua na desigualdade de renda. Segundo os dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD/IBGE). Entre 2001 e 2011, uma queda de 11,3% no índice demonstrativo de renda, a pobreza tem reduzido decorrente ao crescimento econômico com redução de desigualdade independente da linha de pobreza adotada.

A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 27, II da lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1 do anexo I do decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, o art 2ºV, do decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o artº. 5ºII do decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, tendo em vista os dispostos na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e no decreto nº 6.135, de 2007.

Considera a implantação do sistema de Cadastro Único_ versão sete, qual abrange novos formulários de cadastramento e a reformulação do sistema operacional do CadÚnico, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Mantendo o compromisso assumido pelos entes federados que aderiram ao PBF e CadÚnico, em conformidade com o que estabelece as portarias GM/MDS n°246, de 20 de maio de 2005, n°350, de 3 de outubro de 2007 e n°256, de 19 de março de 2010. Norteando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quanto aos critérios, procedimentos e instrumentos para a gestão do CadÚnico. (BRASIL, 2011),

O cadastro único para programas sociais do governo federal (CadÚnico). É um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, sendo utilizado para a seleção de beneficiários e engajamento nos programas sociais atendendo esse público. Além de ser referência para os programas sociais de concessão de benefícios o CadÚnico permite ainda que os Municípios e o Estado conheçam os níveis de vulnerabilidade que a população está exposta. O seu objetivo primordial é identificar as famílias de baixa renda existente no País e destacar que a base de dados é uma ferramenta de planejamento e gestão de programas sociais e políticas públicas para as esferas governamentais.

O CadÚnico foi instaurado em junho de 2001 pelo decreto nº 3.877 para ser utilizados por todos os órgãos públicos e federais para a formação de programas situados de caráter único, exceto os administrados pelo (INSS) Instituto Nacional do Seguro Social. Diante toda estrutura foi apenas em 2004 que os cadastros de diferentes programas sociais foram efetivamente unificados para o cadastro único, em razão da criação do PBF em 2003, que unificou os programas existentes, voltados às famílias necessitadas, tais como: Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

Em junho de 2007, com a publicação do decreto nº 6.135, o CadÚnico passa a ser o identificador socioeconômico das famílias de baixa renda, sendo obrigatório a sua utilização para a seleção dos beneficiários nos programas sociais. A sua utilização possibilita a construção de identificação das famílias pobres, e fazendo assim a sua inclusão nos programas do governo federal. No CadÚnico estão registradas família com renda per capita mensal de até meio

salário-mínimo ou renda familiar de até três salários-mínimos, sendo referência para a seleção de benefícios e de diversas ações e programas sociais.

As informações do CadÚnico compõem a formulação e implantação de políticas públicas em nível federal votada para a melhoria de vida das famílias cadastradas. Para a operação do Cadastro Único, o ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), agente operador, desenvolveram o Sistema de Cadastro Único, operado por 5.570 municípios brasileiros para a entrada de dados das famílias a serem cadastradas ou que necessitem atualizar seus dados.

Uma das características centrais do sistema de Cadastro Único é sua integração com o cadastro NIS, sistema da caixa econômica federal no qual são cadastrados os trabalhadores ou cidadãos que sejam público alvo dos programas sociais e contribuintes individuais. É por meio do cadastro NIS que ocorre o processo de atribuição e validação do Número de Identificação Social (NIS) para os que são cadastrados. (BRASIL, 2016).

Assim o cadastramento das famílias no CadÚnico permite identificar o grau de vulnerabilidade, considerando questões como renda, moradia, acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo no qual foram analisadas obras documentais, legais e científicas que dissertam e expõem conceitos acerca do cadastro único (CADÚNICO) e sua relevância no ingresso para programas sociais oferecidos pelos governos estadual e federal.

A importância do desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica segundo Boccato (2006, p.266), se dá pelo fato da mesma buscar “[...] a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”.

Nesse sentido, realizou-se um levantamento no *Google Acadêmico* devido fato de ser uma ferramenta/extensão do google que disponibiliza um grande número de obras gratuitas e com possibilidade de filtragem de resultados.

A busca para a coleta de dados se deu através da inserção do termo "CadÚnico e programas sociais" na barra de pesquisa. Com isso, buscou-se por obras e documentos que discutissem acerca da temática em questão e sua relevância com o objetivo geral da pesquisa. Para seleção de tais obras bibliográficas foram utilizados os seguintes critérios de inclusão representados no quadro abaixo:

Quadro 1: Critérios de seleção para inclusão e exclusão das obras a serem analisadas.

Critério	Justificativa do critério
Relevância com o tema	Esse critério se justifica pelo fato da necessidade de se encontrar produções que adentrem na temática, não fugindo do foco principal que é o debate da questão norteadora.
Ano de publicação (2016-2021)	Foram selecionadas obras publicadas entre os anos de 2016 e 2021, ou seja, publicações dos últimos 5 anos, tendo em vista a situação social em que se encontra o país.
Ideias centrais	Tal critério foi adotado com objetivo de extrair embasamento teórico sobre a temática.
Idioma da obra (Português)	Foram selecionadas apenas obras no idioma português tendo em vista a facilidade na seleção e na leitura das mesmas.
Tipo da obra (artigos de revisão de literatura)	Foi escolhida essa modalidade devido a necessidade de embasamento e fundamentação de conceitos para exposição, ratificação e/ou confronto de ideias.

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Após etapa de busca bibliográfica, verificou-se que o apanhado em todo universo de pesquisa que era composto por 22 (vinte e duas) obras, obtendo por sua vez como espaço amostral, um total de 05 (cinco) obras que se enquadraram nos critérios estabelecidos, delimitando assim o campo técnico da análise.

Como etapa de análise, foram extraídas as ideias centrais de cada obra da amostra, bem como suas respectivas contribuições teóricas. Tal processo se deu de forma qualitativa, adentrado num confronto de conceitos com os demais autores citados no referencial teórico do referido trabalho. Nesse sentido, buscou-se sanar a problemática de arguições que por sua vez pode favorecer

de forma significativa as necessidades de leitores e pesquisadores afins que terão como objeto de estudo o CadÚnico e sua relação na promoção de igualdade social para que os cidadãos adentrem em programas sociais diversos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando uma exposição e discussão de dados acerca do CadÚnico e sua importância para o ingresso nas políticas públicas por parte de famílias de baixa renda, bem como um aprofundamento teórico sobre tal temática de maneira concisa, optou-se por fazer uma exposição inicial por meio de quadro, acerca das obras da amostra com intuito de facilitar a leitura e sistematização das mesmas. Tal exposição ocorreu por meio da distinção de elementos de cada obra como: Nome dos autores, ano de publicação, palavras-chave e considerações dos autores.

Sobre as obras foram elencadas para análise a partir do ano de 2017 à 2021, tendo em vista que esse recorte temporal serviu de base para pesquisa. Tais obras por sua vez, se submetem a uma visão baseada em análise literárias de vários períodos e que ao serem lidas e analisadas têm em comum, alguns aspectos relacionados a realidade vivenciada em cada situação, bem como conceitos e discussões acerca da referida temática.

O artigo A1 é descrito a partir de registros históricos, de forma sequencial, dos dados onde nota-se as criações das políticas públicas para o semiárido, com base no combate as secas, as crises hídricas e a forte desigualdade social presente na região. E em consonância com o A3 que no seu ponto de pesquisa a análise dos dados de forma estatística, onde foram selecionadas famílias do CadÚnico, dos anos de 2012 à 2018, tendo ainda como fundamentação para mostrar os resultados através de tabelas e gráficos, desta maneira mostrando uma precisão quantitativa dos resultados. Tais obras mostram como é a situação econômica vivenciada por famílias de baixa renda da região nordeste e como a criação do CadÚnico teve um papel importante como instrumento de apoio aos programas sociais e seus repasses para população carente respectivamente.

Nessas duas obras correspondentes a amostra, corroborou-se a ideia de que é necessário o desenvolvimento de estudos e análises que discutam acerca do desenvolvimento econômico por meio da implantação de novas políticas

sociais que busquem estimular a produtividade no interior do país, (AGUIAR, et al., 2019).

Quadro 2: Elementos das obras componentes da amostra.

Artigos	Obra	Autores	Ano de publicação	Palavras - chave	Considerações dos autores
A1	As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura.	Luane da Conceição Aguiar; Mauro Del Grossi; Luiz Guilherme de Oliveira; Mário Lúcio de Ávila.	2019	Políticas Públicas; Semiárido; Convivência com o Semiárido.	A revisão aponta como uma das lacunas ou desafios, a incipiente articulação, ou mesmo, desarticulação das políticas públicas de desenvolvimento rural no semiárido nordestino.
A2	Tarifa social de energia elétrica: uma revisão de literatura	Daniel da Silva Félix; Lucas Emmanuel Silva Teixeira; Airton Cardoso Cançado.	2021	Tarifa Social de Energia Elétrica; Universalização; Energia Elétrica.	A revisão de literatura sugere um avanço da política pública de energia elétrica, refletido pelos critérios de elegibilidade da política e a sua contribuição na universalização do acesso às famílias de baixa renda.
A3	Um Panorama da Vulnerabilidade Socioeconômica de Grupos Familiares no Brasil	Claudelino Martins Dias Junior; Rodrigo Speckhahn Soares da Silva.	2021	Vulnerabilidade, Políticas Sociais, CadÚnico, TRI.	Os resultados indicam que os níveis de vulnerabilidade socioeconômica definidos com a escala avaliativa criada possibilitam estimar, proporcionalmente e dentro de uma perspectiva regional, grupos familiares atendidos ou não pelo Programa.
A4	Políticas sociais e o Programa Bolsa Família: uma revisão de literatura	Rhaymore Roberta Mello Pereira dos Santos; Adriana Duarte de Souza Carvalho.	2017	Pobreza. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Cadastro Único.	É de suma importância manter o endereço e os dados atualizado no cadastro, sendo necessário realizar essa atualização a cada 2 anos, porém, no tocante a quem vai ou não receber o benefício, a

					responsabilidade é do Governo Federal.
A5	Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática.	Mariana Cristina Silva Santos; Lucas Rocha Delatorre; Maria das Graças Braga Ceccato; Palmira de Fátima Bonolo.	2019	Pobreza, Efetividade, Inequidade social, Revisão sistemática.	Demonstrou-se que o PBF não tem repercussão na proficiência e no desempenho escolar, mas impacta significativamente nas taxas de abandono e na frequência escolar.

Fonte: Elaborada pela autora, (2021).

As obras A2 e A4 especificam suas pesquisas, sobre dois programas sociais: Tarifa Social e Bolsa Família. O artigo A2 fala os benefícios da contribuição das tarifas sociais de energia elétrica para o Brasil, e ao relatar a evolução do programa e das leis que o fazem existir, menciona como a inscrição do cadastro único é um dos critérios essenciais para que a família de baixa renda possa ser contemplada pelo programa. O A4 estuda e analisa o funcionamento e criação Programa Bolsa Família (PBF) e como funciona sua política pública de distribuição tem relevância para as famílias brasileiras com vulnerabilidade social. Ambos artigos corroboram com a importância do CadÚnico, valendo ressaltar as palavras de Junior e Silva (2017, p.17) quando afirmam que “[...] sua utilização permitiu obter informações complementares além da renda na definição de níveis de vulnerabilidade socioeconômica com a escala avaliativa proposta.” Ou seja, além de ser um recurso que facilita a inclusão de famílias em programas sociais significativos, o CadÚnico possibilita fazer estudos e pesquisas acerca da população brasileira cadastrada no mesmo.

O último artigo (A5) também trata do PBF, mas sua pesquisa é mais voltada ao contexto de crianças e adolescentes e como esse programa, através do CadÚnico, influencia no melhoramento dos indicadores educacionais. O autor em questão aborda argumentos que através do referido programa, é possível obter melhorias sociais com relação ao público-alvo mencionado, apontando ainda que tais melhorias se acrescentam não apenas no caráter da educação, mas também nos censos demográficos e condições de saúde (SANTOS, et al., 2019).

Por meio de tais informações contidas na amostra, notou-se que em todas as obras as metodologias de pesquisa, bem como resultados e debates ratificaram que o CadÚnico além de ser importante para o ingresso em programas sociais por parte das famílias de baixa renda, pode proporcionar um detalhamento social e econômico de determinadas regiões demográficas do Brasil. Tais informações tem a capacidade de aprimorar a economia nacional, porém é necessário que os governantes estejam cientes e dispostos a aprimorar tal cadastro e conseqüentemente o desfrute das políticas públicas proporcionadas pelo ingresso no mesmo, fato esse aponta a necessidade de mais pesquisas na área para disseminação de tais informações sobre esse cadastro que se torna cada vez mais indispensável na vida de todo cidadão brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou análises e conceitos de teorias e práticas que visaram discutir acerca da inclusão de famílias necessitadas em programas sociais brasileiros por meio da inclusão das mesmas no CadÚnico. Com isto, ficou evidente que esse método de inclusão além de ser benéfico para população, pode ser bastante útil para os órgãos administrativos, tendo em vista que facilita nas políticas de seleção individual ou coletiva de cidadãos em tais programas.

Ainda nessa vertente discutiu-se como tal cadastro pode facilitar estudos qualitativos e quantitativos, por parte dos pesquisadores afins, tendo em vista que o mesmo facilita a coleta de dados e a abordagem dos mesmos. Essa premissa possibilita que pesquisas futuras sejam realizadas com mais frequência, pois pela observação na pesquisa obtiveram-se poucos estudos referente a temática.

Diante dessa análise, a pesquisa evidencia que o CADÚNICO, garante a todas as famílias de baixa renda que se incluam nos programas do Governo Federal, diante qual se enquadre nos requisitos exigidos pelo mesmo, sendo um facilitador para o governo na somatória do índice de pobreza e mortalidade que por sua vez são a base para administrações significativas da nação.

Desta maneira entende-se que o CadÚnico relata avanços e estabelece critérios a criar um formulário único, oportunizando o mapeamento de situações socioeconômicas de famílias vulneráveis, utilizado assim esse mapeamento ou pesquisas para a formulação de políticas públicas coerentes com as necessidades da sociedade brasileira. Como mencionado no desenvolvimento do referido trabalho, foi abordado à importância do uso das informações, servindo como instrumental qual subsidie a prática profissional ao se alicerçar com referenciais teóricos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luane da Conceição. Et al. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/968/763>> Visualizado em: 05/10/2021.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA Rosane. SOBRE AS UTILIDADES DO CADASTRO ÚNICO. TEXTO PARA DISCUSSÃO No 1414. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91087/1/611935422.pdf>. Visualizado em: 16/02/2022.

BRASIL, Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Planalto Federal**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm> Visualizado em: 20/09/2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Manual do entrevistador. **Cadastro Único para Programas Sociais**.ed. 3ª. Brasília, 2011.

BRASIL, Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do governo federal - 2013. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/perfil_cadastro_unico2013.pdf> Visualizado em: 15/06/2018.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Promulgado em 5 de outubro de 1988. – 31. ed. –Brasília.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno SUAS V: financiamento da assistência social no Brasil.- MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2011.

Caderno de Orientações e Legislação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. 2013-Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome (MDS)Secretaria Nacional de Renda de cidadania (Senarc) www.mds.gov.br

DIREITO, Denise do Carmo. et.al. Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **working paper**. Número 145 julho, Brasília, DF 2016. Disponível em: <https://www.ipcundp.org/pub/port/WP145PT_Cadastro_Unico_como_instrumento_de_articulacao.pdf> visualizado em: 11/06/2018.

FÉLIX, Daniel da Silva. et. al. TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **REVISTA DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS (UNIFAFIBE)**. ISSN 2318 -5732 – VOL. 9, N. 1, 2021.
JUNIOR, Claudelino Martins Dias e SILVA, Rodrigo Speckhahn Soares da. Um Panorama da Vulnerabilidade Socioeconômica de Grupos Familiares no Brasil. I **Latin American Congress of Education**, Curitiba, 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/Bruna/Downloads/TC2021051252013.pdf>> Visualizado em: 01/10/2021.

Livro: Capacitação para implementação do sistema Único de Assistência Social-SUAS e do Programa Bolsa Família-PBF_ 2018.

MARINHO, Alexandre e FAÇANHA, Luís Otávio. Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação. Texto para discussão Nº 787. **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2328/1/TD_787.pdf> Visualizado em:10/10/2021.

SANTOS, Mariana Cristina Silva. et. al. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **revisão review**. Ciência & Saúde Coletiva, 24(6):2233-2247, 2019. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/csc/a/yqqg93sK7XtqR5MYb4GQJMSc/?lang=pt>> Visualizado em 10/10/2021.

SANTOS, Regilaine e BRUN, Adriane BühnerBaglioli. A política de assistência social no Brasil e os sistemas de proteção do SUAS. **Jusbrasil**. Disponível em <[https:// regilianesantos.jusbrasil.com.br](https://regilianesantos.jusbrasil.com.br)> Visualizado em: 20/07/2018.

SANTOS, Rhaymore Roberta Mello Pereira dos e CARVALHO Adriana Duarte de Souza. Políticas sociais e o Programa Bolsa Família: uma revisão de literatura. **Ensaio & Diálogos**, Rio Claro, v. 10, n. 1, p. 155-176, jan./dez. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/Bruna/Downloads/605b7f22411a529388ea4358%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bruna/Downloads/605b7f22411a529388ea4358%20(1).pdf)> Visualizado em: 06/10/2021.

SOUZA, Armino; LIMA, Manoel (org.). **Projetos de conclusão de curso**. Porto Alegre: PUKRS, 2021. E-book (21 p.). (Coleção Filosófica). ISBN 573-855-372-0071-89. Disponível em: <https://livrosimportantes.pukrs.br/projetosdetcc.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.